

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO DOCENTE: EXPERIÊNCIAS
FORMATIVAS DE JOVENS LICENCIANDAS/OS NO CURSINHO GRADAÇÃO UFPE**

**UNIVERSITY EXTENSION AND TEACHER EDUCATION: FORMATIVE EXPERIENCES
OF YOUNG PRE-SERVICE TEACHERS IN THE GRADAÇÃO PRE-UNIVERSITY
COURSE AT UFPE**

**EXTENSIÓN UNIVERSITARIA Y FORMACIÓN DOCENTE: EXPERIENCIAS
FORMATIVAS DE JÓVENES ESTUDIANTES DE LICENCIATURA EN EL CURSINHO
GRADAÇÃO DE LA UFPE**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-234>

Data de submissão: 19/11/2025

Data de publicação: 19/12/2025

José Luís Simões

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

E-mail: jose.lsimoes@ufpe.br

Manoela Aureliano dos Santos

Mestra em Educação

Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE)

E-mail: manoela.santos@ufrpe.br

Fábio da Silva Paiva

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

E-mail: fabio.paiva@ufpe.br

Diogo Nascimento de Souza Lins

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

E-mail: diogo.slins@ufpe.br

RESUMO

O presente artigo analisa as experiências formativas de jovens licenciandas e licenciandos participantes do cursinho popular Gradação, projeto de extensão universitária vinculado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), localizado na Região Metropolitana do Recife. A pesquisa tem como objetivo compreender de que modo a atuação no Gradação contribui para a formação docente e para a elaboração dos projetos de vida desses sujeitos, considerando suas trajetórias educacionais, sociais e culturais. Metodologicamente, trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, com uso de questionários aplicados aos educadores e educadoras em formação que atuam no cursinho, majoritariamente estudantes de licenciaturas da UFPE e da UFRPE, com expressiva presença de jovens negros e pardos. Os dados evidenciam que a participação no projeto extensionista fortalece saberes pedagógicos, experiências didáticas e reflexões críticas sobre a docência, ao mesmo tempo em que se constitui como espaço de socialização, engajamento político e construção de sentidos para a educação. Observa-se que, embora a carreira docente seja atravessada por inseguranças relacionadas à desvalorização social da profissão, os/as participantes projetam seus futuros na continuidade da

formação acadêmica e na atuação na educação pública. Conclui-se que o Gradação se configura como um território formativo relevante, no qual extensão universitária, formação docente e projetos de vida se articulam de maneira indissociável, reafirmando o papel social da universidade pública e da educação como possibilidade de transformação da realidade.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Formação Docente. Licenciaturas. Projetos de Vida. Educação Popular.

ABSTRACT

This article analyzes the formative experiences of young pre-service teachers participating in the Gradação popular pre-university course, a university extension project linked to the Federal University of Pernambuco (UFPE), located in the Recife Metropolitan Region. The study aims to understand how involvement in Gradação contributes to teacher education and to the construction of participants' life projects, considering their educational, social, and cultural trajectories. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, using questionnaires applied to educators in initial teacher training who work in the project, mostly undergraduate students from UFPE and UFRPE, with a significant presence of Black and Brown youth. The findings indicate that participation in this extension initiative strengthens pedagogical knowledge, teaching experiences, and critical reflections on the teaching profession, while also functioning as a space for socialization, political engagement, and the production of meaning in and through education. Although the teaching career is marked by uncertainties related to its social devaluation, participants tend to project their futures toward the continuation of academic training and professional engagement in public education. The article concludes that Gradação constitutes a relevant formative territory in which university extension, teacher education, and life projects are inseparably articulated, reaffirming the social role of the public university and education as a means of transforming social realities.

Keywords: University Extension. Teacher Education. Pre-Service Teachers. Life Projects. Popular Education.

RESUMEN

Este artículo analiza las experiencias formativas de jóvenes estudiantes de licenciatura que participan en el cursinho popular Gradação, un proyecto de extensión universitaria vinculado a la Universidad Federal de Pernambuco (UFPE), situado en la Región Metropolitana de Recife. El objetivo es comprender de qué manera la actuación en el Gradação contribuye a la formación docente y a la construcción de los proyectos de vida de sus participantes, considerando sus trayectorias educativas, sociales y culturales. Metodológicamente, se trata de una investigación de enfoque cualitativo, basada en la aplicación de cuestionarios a educadoras y educadores en formación inicial que actúan en el proyecto, en su mayoría estudiantes de licenciaturas de la UFPE y de la UFRPE, con una presencia significativa de jóvenes negros y pardos. Los resultados evidencian que la participación en esta iniciativa extensionista fortalece los saberes pedagógicos, las experiencias didácticas y las reflexiones críticas sobre la docencia, al mismo tiempo que se configura como un espacio de socialización, compromiso político y construcción de sentidos en torno a la educación. Aunque la carrera docente esté atravesada por inseguridades relacionadas con la desvalorización social de la profesión, las y los participantes proyectan su futuro en la continuidad de la formación académica y en la actuación en la educación pública. Se concluye que el Gradação se constituye como un territorio formativo relevante, en el cual la extensión universitaria, la formación docente y los proyectos de vida se articulan de manera indissociable, reafirmando el papel social de la universidad pública y de la educación como posibilidad de transformación de la realidad social.

Palabras clave: Extensión Universitaria. Formación Docente. Licenciaturas. Proyectos de Vida. Educación Popular.

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de problematizar questões relacionadas à juventude em sua articulação com o ensino superior, especialmente no âmbito dos cursos de formação de professores, este artigo discute a temática a partir da experiência de um coletivo de jovens que atua de forma voluntária em um cursinho pré-vestibular popular vinculado à universidade, na condição de projeto de extensão (Szlachta Junior, et al, 2024). A análise concentra-se nos jovens universitários que, apesar dos inúmeros desafios enfrentados nos últimos anos, seguem motivados pelo desejo de concluir sua formação e de continuar aprendendo a ser professor no contexto desse projeto, que, para muitas e muitos deles, constitui-se também como espaço de inspiração e construção identitária (Szlachta; Pessoa, 2025).

Esses jovens ingressaram na universidade em um período particularmente sensível, marcado tanto pela crise sanitária provocada pela Covid-19 quanto pelo agravamento do cenário político nacional, cujos impactos recaíram de forma intensa sobre a educação, especialmente o ensino superior. Dados do Censo da Educação Superior de 2020 apontaram um crescimento modesto de 0,9% no número de matrículas¹, correspondendo à metade do aumento observado no ano anterior. Embora o índice indique certa estabilidade, ele foi recebido com apreensão pela comunidade acadêmica, uma vez que aproximadamente 20% das vagas ofertadas nas Instituições de Ensino Superior não foram ocupadas naquele ano.

Ainda que esses números sejam inquietantes, é necessário considerar o significado histórico daquele período. Muito ainda precisa ser compreendido sobre como as excepcionalidades impostas pela pandemia interferiram nos projetos de vida das juventudes, especialmente no que diz respeito ao acesso ao ensino superior (Bechler; et al, 2022). Dados posteriores reforçam essa percepção, como os do ENEM 2021, que registrou cerca de 3.109.000 inscritos, a menor participação desde a criação do exame, em 2009². Tal redução pode ser compreendida tanto à luz do impacto da pandemia sobre as expectativas juvenis quanto em função de decisões políticas adotadas naquele contexto, como a retirada da isenção da taxa de inscrição para estudantes que haviam faltado ao exame anterior sem justificativa. Analisar esse período, portanto, exige um olhar atento às múltiplas dimensões envolvidas, embora esse não seja o foco central deste texto.

Importa destacar que, apesar das adversidades enfrentadas pelos sistemas educacionais e por seus sujeitos, as ações de ensino, pesquisa e extensão seguiram em funcionamento. É nesse cenário que se insere o projeto de extensão Gradação da UFPE, desenvolvido e executado por estudantes de

¹ O Censo da Educação Superior é realizado anualmente pelo INEP e utiliza as informações do cadastro do Sistema e-MEC.

² Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> acesso 10 de novembro de 2025

graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco, localizado na Região Metropolitana do Recife, com atividades realizadas no Centro de Educação da UFPE. Este artigo propõe refletir sobre a experiência formativa de estudantes de licenciatura que atuam no cursinho como professoras e professores no período pós-pandêmico, buscando compreender suas motivações para a escolha da docência e de que maneira essa vivência tem contribuído para a elaboração e reorganização de seus projetos de vida.

A questão que orienta esta reflexão é a seguinte: de que forma a experiência docente no cursinho popular tem colaborado para a formação inicial dessas e desses licenciandos e para a construção de seus projetos após a conclusão da graduação?

O debate em torno dos projetos de vida tem ganhado destaque nos discursos educacionais recentes e passou a integrar, inclusive, os currículos da educação básica, sendo apontado como elemento central na Base Nacional Comum Curricular. Compreendemos os projetos de vida como parte constitutiva da condição humana e, portanto, intrínsecos à própria existência (Almeida; Alves, 2021), não devendo ser reduzidos a um componente curricular isolado, como frequentemente ocorre nas práticas institucionais. Estudos como o de Alves, Sousa, Farias e Peres (2022), ao analisarem documentos oficiais das redes estaduais de Goiás e São Paulo, evidenciam a fragilidade do diálogo entre escolas, famílias e comunidades na implementação desse componente, esvaziando um aspecto fundamental da discussão sobre projetos de vida: o diálogo, (Paiva; Szlachta; Chiarelli Júnior, 2023)

Na perspectiva de contribuir com esse debate, o texto apresenta dados parciais da pesquisa em andamento intitulada “Juventude, relações raciais e projetos de vida”, cujo objetivo é analisar a condição juvenil em contextos escolares e universitários, problematizando as juventudes a partir de dois eixos centrais: as relações raciais e os projetos de vida. Embora a pesquisa conte com ambas as dimensões, neste artigo optamos por não aprofundar o recorte racial, concentrando a análise nos projetos de vida vinculados à área de formação acadêmica, especificamente as licenciaturas, a partir do olhar de jovens que atuam voluntariamente como docentes no cursinho pré-ENEM da universidade, espaço no qual algumas das autoras também desenvolvem atividades docentes.

A produção dos dados ocorreu por meio de um questionário aplicado em julho de 2023, durante o recesso acadêmico. O instrumento, elaborado no Google Forms, foi encaminhado via WhatsApp aos grupos de professores do cursinho, com a solicitação de que fosse respondido exclusivamente por estudantes de cursos de licenciatura. A escolha por ferramentas digitais se deu tanto pelo contexto do recesso quanto pela facilidade de acesso ao público participante. O Gradação da UFPE conta atualmente com 76 voluntários, em sua maioria licenciandos. Desse universo, obtivemos vinte

respostas válidas. Os dados foram organizados, tabulados e analisados à luz dos referenciais da educação popular, dos estudos sobre juventudes e da formação de professores.

2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A MOBILIZAÇÃO DE SABERES DOCENTES

Os referenciais teóricos que orientam nossa compreensão de educação estão ancorados em abordagens que a concebem a partir da perspectiva da educação popular. Trata-se de uma educação que se constrói nas frestas do (im)possível no interior da sociedade capitalista, emergindo como prática de resistência e criação, semelhante a um curso d'água que, ao encontrar obstáculos, reinventa seu caminho (Salles; Szlachta Junior, 2024). Essa concepção educativa nasce tanto dos sonhos quanto das ações concretas de educadoras e educadores comprometidos, sensíveis às múltiplas formas de violência, desigualdade e injustiça que atravessam o mundo contemporâneo, e que atuam movidos pela convicção de que outras formas de organização social são possíveis (Szlachta Junior, 2012).

Tal perspectiva não se confunde com a noção hegemônica de educação historicamente consolidada pela sociedade capitalista. Como observa Brandão (1985), essa educação institucionalizada foi sendo constituída como um sistema de trocas reguladas, no qual parcelas restritas do saber são mediadas pelo trabalho especializado de profissionais encarregados de ensinar determinados conteúdos (Szlachta; Paiva; Ramos, 2025). Muitas vezes, esse processo ocorre de maneira acrítica, seja por ingenuidade, seja por desconhecimento das implicações sociais e políticas que envolvem o ato educativo, afastando-se de qualquer compromisso efetivo com a transformação social.

Essas reflexões conduzem a uma compreensão amplamente difundida entre educadoras e educadores que atuam na educação popular: ninguém está fora da educação. Como enfatiza Brandão (1981), ela se realiza continuamente, em todos os espaços e tempos da vida social. Tal entendimento reforça uma afirmação central nesse campo teórico: não existe neutralidade em educação. Paulo Freire (1996) alerta que toda prática educativa é atravessada por escolhas políticas e éticas, ainda que muitos discursos insistam em apresentá-la como neutra. O que se observa, na realidade, é a atuação de um projeto educacional hegemônico que, sob o véu da neutralidade, silencia desigualdades e sustenta as bases de uma sociedade capitalista, racista e sexista, contribuindo para a reprodução dessas estruturas (Schmidt; Szlachta, 2024).

Esse projeto ultrapassa os limites da educação formal e se manifesta de forma contínua nos diferentes espaços da vida social, operando de maneira permanente na escola, nos meios de comunicação, nas instituições religiosas, no mundo do trabalho e na política. Diante disso, a educação popular não se restringe ao espaço escolar, tampouco se coloca fora dele. Escola, universidade,

sindicato, comunidade, família, igrejas, ruas e praças configuram-se como territórios educativos. Reconhecer essa multiplicidade de tempos e espaços formativos é fundamental quando se pensa a formação de professoras e professores (Szlachta Junior, 2019).

Ao considerar a impossibilidade de neutralidade na educação, especialmente sob a ótica da educação popular, torna-se pertinente dialogar com as contribuições de Maurice Tardif e Danielle Raymond (2000), que compreendem a formação docente como um processo que ultrapassa a dimensão técnica do ensino, incorporando a constituição de saberes subjetivos indispensáveis à prática profissional. Esses saberes dialogam diretamente com aqueles discutidos por Paulo Freire em *Pedagogia da Autonomia* (1996), nos quais a prática educativa transformadora exige o reconhecimento do sentido que a educação assume para as/os educandas/os. Bernard Charlot (2002), ao tratar da relação com o saber, aprofunda esse debate ao problematizar o perfil juvenil das/os professoras/es em formação e os significados que atribuem ao aprender e ao ensinar (Szlachta Junior, 2018)

Nas reflexões de Freire (1996), evidencia-se a centralidade da ética no trabalho docente e a aposta na esperança como elemento mobilizador da prática pedagógica. Para esse autor, refletir criticamente sobre o próprio fazer é condição para que professoras e professores se alinhem ao compromisso social inerente à docência. No âmbito da educação popular, tal como defendida nos cursinhos pré-vestibulares populares, a prática pedagógica volta-se à construção da autonomia das/os educandas/os, visando não apenas ao acesso à universidade, mas à transformação da própria instituição universitária.

Nesse sentido, o trabalho da/do educadora/educador não se limita à transmissão de conteúdos voltados para a aprovação em exames seletivos. Trata-se de uma atuação comprometida com a formação crítica, política e humana das/os estudantes. Freire (1996) destaca que o saber político é indispensável à sustentação de uma educação popular, reafirmando que o processo educativo deve ter as/os educandas/os como sujeitos centrais. Para o autor, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 13), rompendo com a lógica da educação bancária e exigindo do docente uma postura investigativa, reflexiva e permanentemente aberta ao aprendizado (Szlachta Junior, 2017).

A prática docente, nesse movimento, constrói-se por meio do estudo, da pesquisa e da reflexão contínua sobre as experiências vividas. A análise crítica das ações pedagógicas gera novas inquietações e aprendizagens, integrando o processo constante de construção e reconstrução dos saberes profissionais. Entre os saberes necessários ao trabalho docente, Freire (1996) enfatiza ainda a importância das relações éticas e respeitosas com as/os educandas/os e com a sociedade. Acolher as diferenças, rejeitar qualquer forma de discriminação, valorizar a cultura local e global, agir com

sensibilidade e bom senso, reconhecer-se como sujeito em permanente transformação e manter viva a esperança na mudança social são dimensões fundamentais da formação docente.

Ao discutir a escola como instituição educacional, Charlot (2002) chama atenção para a necessidade de considerar as desigualdades sociais que atravessam o cotidiano escolar. Para o autor, compreender o êxito ou o fracasso escolar implica investigar o conjunto de mediações que articulam as condições sociais, culturais e subjetivas dos sujeitos envolvidos. Tal compreensão possibilita a construção de práticas educativas comprometidas com a superação das desigualdades, sobretudo aquelas que afetam os grupos socialmente marginalizados.

No enfrentamento dessas desigualdades, Freire (1996) reafirma a educação como forma de intervenção no mundo. Essa intervenção exige escuta atenta, diálogo, reconhecimento das condições concretas de vida das/os educandas/os e ruptura com a falsa ideia de neutralidade. A sabedoria da escuta e a disposição para o diálogo constituem, nesse sentido, fundamentos éticos e políticos da prática educativa (Ramos; Szlachta Junior, 2022). É nesse processo que se torna possível reconhecer, como aponta Charlot (2002), o sentido de educar-se, elemento central para a construção de práticas pedagógicas significativas e socialmente situadas (Szlachta Junior, 2021).

Ao considerar a formação docente sob essa perspectiva, Tardif e Raymond (2000) destacam a relevância das experiências pré-profissionais e profissionais como fontes essenciais dos saberes docentes. Esses saberes extrapolam os conhecimentos teóricos adquiridos na universidade e se constituem, sobretudo, na experiência cotidiana do trabalho pedagógico. Conforme afirmam os autores, os saberes que fundamentam o ensino não se restringem a conteúdos especializados, mas abrangem uma diversidade de situações, problemas e relações diretamente vinculadas à prática docente, sendo a experiência uma fonte privilegiada do saber-ensinar (Bonete; Szlachta Junior, 2023).

Para Tardif e Raymond (2000), as experiências formativas antecedem, inclusive, a escolha pela docência, manifestando-se nas vivências familiares, nas relações de sociabilidade e no percurso escolar. Tais experiências influenciam diretamente tanto a decisão profissional quanto a construção do fazer pedagógico. Somadas às experiências profissionais adquiridas ao longo da carreira, essas vivências conferem pluralidade e singularidade à trajetória docente. Na dimensão subjetiva da profissão, os sujeitos atribuem sentidos à sua vida profissional, engajando-se em projetos que constroem e redefinem sua carreira (Tardif; Raymond, 2000).

À luz das contribuições de Freire (1996), Tardif e Raymond (2000) e Charlot (2002), compreendemos que o papel social da/o professora/professor ultrapassa a simples mediação de conhecimentos. A docência envolve a construção de sentidos, identidades e projetos, influenciando também as escolhas e perspectivas das/os educandas/os. A relação estabelecida nesse processo pode

abrir novas possibilidades de leitura do mundo e de projeção de futuros possíveis (Ramos; Szlachta Junior, 2017).

Como destaca Charlot (2002), somos simultaneamente seres sociais e singulares. É nessa articulação entre pertencimento coletivo e subjetividade que construímos nossos saberes pessoais e profissionais. Para jovens em formação inicial nas licenciaturas que atuam em cursinhos pré-vestibulares populares, a experiência docente nesse espaço assume papel central na constituição de suas identidades e projetos de futuro, uma vez que permite o contato direto com estudantes das camadas populares que veem nesses espaços uma oportunidade concreta de realização de seus sonhos (Szlachta; Bonete, 2025b).

Cabe, portanto, a essas e esses licenciandos mobilizar os saberes construídos ao longo de sua formação, alinhando-os aos objetivos educativos do pré-vestibular popular e ao horizonte de uma universidade e de uma educação efetivamente populares. Isso implica reconhecer que as/os estudantes buscam não apenas conteúdos, mas saberes amplos, que envolvem imaginação, sensibilidade estética, corporeidade e sonhos, como ressalta Charlot (2002).

Nesse processo, a prática docente — em formação inicial e permanente — torna-se espaço de transformação mútua, tanto das/os educandas/os quanto das/os próprias/os educadoras/es. Inseridas/os no ciclo da juventude, essas/es docentes em formação podem ressignificar continuamente sua atuação, articulando práxis, reflexão e compromisso social, e projetando, assim, seus caminhos futuros enquanto professoras e professores comprometidos com a transformação da realidade social.

3 CURSINHOS POPULARES PELO BRASIL

Os vestibulares constituem, historicamente, o principal mecanismo de acesso às instituições de Ensino Superior no Brasil e se inserem em um modelo de seleção ancorado na lógica meritocrática. Tal lógica, fortemente influenciada por pressupostos neoliberais, tende a desconsiderar as diferenças sociais, culturais e econômicas entre os sujeitos que disputam as vagas, tratando trajetórias desiguais como se fossem equivalentes. Nesse cenário, torna-se evidente a presença de processos de segregação territorial e social, atravessados por marcadores como raça, classe social, gênero e sexualidade, que operam de forma interseccional na produção das desigualdades educacionais (Szlachta; Bonete, 2025a).

Nos estudos de Lajara Janaina Lopes Corrêa (2011), que analisam as trajetórias escolares de estudantes oriundos das classes trabalhadoras, evidencia-se que o acesso a direitos constitucionalmente assegurados, como educação e cultura, é profundamente condicionado pelo pertencimento social. À medida que os níveis de escolarização se elevam, ocorre um progressivo estreitamento das

possibilidades de acesso e permanência, concentrando o ingresso no ensino superior, de forma recorrente, nos segmentos mais favorecidos da sociedade.

Do ponto de vista histórico, sob a consolidação do capitalismo industrial e da educação como instrumento de manutenção ou disputa de poder, o acesso à escolarização plena foi sistematicamente negado às camadas populares. Inseridas na lógica neoliberal, essas populações foram — e continuam sendo — destinadas prioritariamente à função de força de trabalho, recebendo uma formação voltada ao desempenho técnico e operacional, em detrimento de uma educação orientada para a reflexão crítica e para a emancipação social.

Nesse contexto, os vestibulares, enquanto dispositivos de seleção para o ensino superior, operam como um sistema que privilegia o desempenho individual e ignora as condições econômicas, sociais, emocionais e históricas dos sujeitos envolvidos. Conforme analisa De La Fuente (2019), trata-se de um modelo que trata desiguais como iguais, recriando e reforçando processos históricos de exclusão, uma vez que não considera as trajetórias escolares e de vida marcadas por desigualdades estruturais, tampouco as limitações materiais enfrentadas pelos grupos socialmente menos favorecidos.

O reforço da ideia de que apenas os setores mais abastados podem acessar o ensino superior contribuiu para a expansão de instituições privadas voltadas à preparação para os vestibulares. Esses cursinhos, organizados sob a lógica mercadológica da educação, oferecem formação direcionada ao êxito nos exames seletivos, mas com custos incompatíveis com a realidade das classes populares, o que aprofunda ainda mais as desigualdades de acesso (Szlachta Junior, 2023).

Em contraposição a esse modelo hegemônico, emergem os cursinhos pré-vestibulares populares (PVP) ou alternativos (PVA), organizados a partir da mobilização do poder popular e orientados ao atendimento das camadas historicamente excluídas do ensino superior. Esses espaços se configuram como oportunidades formativas para jovens das classes populares, não apenas no que se refere à preparação para os exames, mas também no fortalecimento de processos educativos voltados à autonomia, à consciência crítica e à emancipação social. Como destaca Corrêa (2011), diferentemente dos cursinhos tradicionais, os PVP não se limitam à transmissão de conteúdos, articulando o estudo curricular à formação política e cidadã.

As diferenças entre os cursinhos privados e os populares tornam-se evidentes quando se analisam seus objetivos e modos de funcionamento. Enquanto os primeiros operam como investimentos econômicos orientados à obtenção de lucro, os cursinhos populares não possuem fins lucrativos e direcionam suas ações à preparação de estudantes das classes trabalhadoras, majoritariamente oriundos da escola pública, buscando enfrentar desigualdades sociais e raciais por meio de uma formação crítica (Corrêa, 2011).

Nessa mesma direção, De La Fuente (2019) comprehende os cursinhos populares como territórios de cidadania e resistência. São espaços nos quais se compartilham saberes, experiências e reflexões sobre a realidade social, promovendo o debate crítico sobre um modelo educacional que não responde às demandas da sociedade contemporânea. Ao possibilitar o acesso ao ensino superior, esses cursinhos contribuem para a ampliação das expectativas sociais e econômicas de sujeitos das classes populares, fortalecendo a construção da consciência cidadã e o reconhecimento de si como sujeitos históricos.

Desse modo, os PVP ampliam o acesso a experiências educacionais e culturais historicamente negadas às juventudes populares, desempenhando papel central no incentivo à continuidade da escolarização em direção ao ensino superior. Embora a preparação para os conteúdos exigidos nos vestibulares seja fundamental, ela não se dissocia da formação cidadã e crítica, o que impõe desafios específicos à prática docente nesses espaços, que precisam articular conteúdos curriculares e processos de conscientização social.

Outro aspecto distintivo diz respeito aos espaços em que esses cursinhos se desenvolvem. Ao contrário dos cursinhos tradicionais, que funcionam majoritariamente em instituições privadas, os PVP costumam ocupar espaços públicos e comunitários, como associações de bairro, escolas, igrejas e sindicatos (Corrêa, 2011). Essa inserção territorial reforça seu caráter popular, uma vez que os processos educativos ali desenvolvidos emergem das lutas sociais e da organização coletiva, tendo as/os docentes como mediadoras/es dos saberes curriculares, orientadas/os pelos princípios da educação popular.

Os cursinhos populares têm como eixo estruturante os fundamentos da Educação Popular, entendida como uma perspectiva educacional construída com e para o povo, que valoriza os saberes prévios dos sujeitos e se sustenta na troca dialógica de conhecimentos. Paulo Freire (1967) defende uma educação que possibilite aos sujeitos problematizar criticamente sua realidade, reconhecer os desafios de seu tempo e desenvolver a coragem necessária para intervir no mundo, por meio do diálogo, da reflexão crítica e do compromisso com a transformação social.

Trata-se, portanto, de uma proposta educativa que busca formar sujeitos conscientes de seu papel histórico, capazes de compreender suas vivências, reivindicar direitos e lutar por condições de vida mais justas. Ao fomentar o protagonismo das/os educandas/os, os cursinhos pré-vestibulares populares contribuem para a construção de uma sociedade que confronte e supere projetos educacionais e sociais excludentes historicamente consolidados.

4 O CURSINHO POPULAR GRADAÇÃO DA UFPE

O Projeto Gradação constitui-se como um cursinho pré-acadêmico e pré-vestibular gratuito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), configurando-se como uma ação de extensão universitária voltada à democratização do acesso ao ensino superior. Embora não haja registros precisos sobre a data exata de sua criação, o projeto apresenta uma trajetória consolidada ao longo dos anos, com atividades que remontam a diferentes edições anteriores, sendo continuamente renovado e reativado no calendário acadêmico da universidade. Desde 2019, o Gradação mantém funcionamento regular, reafirmando seu compromisso social e educacional com a comunidade.

Vinculado institucionalmente à UFPE, o projeto tem como objetivo central oferecer preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e para outros processos seletivos de ingresso no ensino superior, priorizando estudantes oriundos da escola pública e sujeitos historicamente excluídos desse nível de ensino. Sua atuação está diretamente relacionada à promoção da inclusão educacional e à ampliação das possibilidades de acesso à universidade pública, assumindo o compromisso de contribuir para a transformação de trajetórias individuais e coletivas por meio da educação.

Um dos aspectos que distingue o Projeto Gradação é seu caráter inclusivo, que lhe rendeu o reconhecimento como “Cursinho da Inclusão”. O projeto oferta aulas com acessibilidade em Libras, além de desenvolver estratégias pedagógicas voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência auditiva, visual e motora, buscando garantir condições equitativas de participação nos processos formativos. Essa perspectiva amplia o entendimento de acesso ao ensino superior, compreendendo-o não apenas como ingresso formal, mas como permanência simbólica e material em espaços historicamente excludentes (Szlachta Junior; Ramos, 2021).

Enquanto projeto de extensão, o Gradação articula ensino, formação docente e compromisso social. As aulas são oferecidas gratuitamente à comunidade, com número limitado de vagas, o que reforça tanto a demanda existente quanto a relevância social da iniciativa (Szlachta Junior; Lisboa; Freitas, 2021).

Ao mesmo tempo, o projeto se consolida como espaço formativo para estudantes dos cursos de licenciatura da UFPE, que atuam como docentes em formação inicial. Esses licenciandos assumem responsabilidades pedagógicas sob a orientação e acompanhamento de professores e professoras com maior experiência no projeto, configurando um processo coletivo de aprendizagem docente, fundamentado na prática e na reflexão crítica.

Nesse sentido, o Gradação não se limita à preparação para exames seletivos. A partir dos princípios da educação popular, crítica e emancipadora, o projeto busca promover uma formação ampliada, que articula os conteúdos escolares exigidos pelos vestibulares a reflexões sobre a realidade

social, política e cultural dos sujeitos envolvidos. Tal proposta visa favorecer não apenas o domínio cognitivo, mas também o desenvolvimento humano, social e cidadão das/os estudantes participantes.

O projeto também fortalece a relação entre a universidade e a sociedade, reafirmando a extensão universitária como um dos pilares da universidade pública. Ao aproximar a UFPE das comunidades da Região Metropolitana do Recife, o Gradação se constitui como espaço de troca de saberes, experiências e práticas educativas, contribuindo para o reconhecimento da universidade como um território público, democrático e socialmente referenciado.

Do ponto de vista da formação docente, o Projeto Gradação desempenha papel estratégico na trajetória das/os estudantes das licenciaturas (Szlachta Junior; Ramos, 2021). A vivência no cursinho possibilita o contato direto com desafios concretos da prática educativa, favorecendo o desenvolvimento de competências relacionadas à didática, à organização do trabalho pedagógico, à gestão educacional e à compreensão das políticas públicas de educação. Além disso, o envolvimento com os referenciais da educação popular contribui para a construção de pesquisas e reflexões críticas no campo da formação de professores.

Dessa forma, o Gradação configura-se como um espaço formativo de grande relevância, tanto para as/os estudantes que buscam o ingresso no ensino superior quanto para as/os licenciandos que se constituem como professoras e professores em processo de formação. Ao articular acesso, inclusão, formação docente e compromisso social, o projeto reafirma a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, bem como a luta pela ampliação do acesso e da permanência no ensino superior no contexto brasileiro.

5 PERFIL DOS LICENCIANDOS PARTICIPANTE DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com 41 respondentes, todos vinculados ao Projeto Gradação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cursinho pré-acadêmico de caráter extensionista. A partir das respostas ao questionário, foi possível delinear o perfil do público participante por meio de informações socioeconômicas e identitárias, evidenciando um grupo composto majoritariamente por licenciandas e licenciandos da UFPE e da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que atuam ou participaram das atividades formativas do projeto.

Os dados indicam um público predominantemente jovem, com expressiva presença de mulheres cisgênero, seguidas por homens cisgênero, além de participantes que optaram por não declarar ou que se identificaram para além das categorias tradicionais de gênero (Szlachta Junior, Ramos, 2019)

No que se refere à orientação sexual, observou-se uma diversidade significativa, com maior número de participantes que se declararam heterossexuais, mas também com presença relevante de pessoas que se identificam como bissexuais, homossexuais e pansexuais. É importante destacar que o questionário não exigia o preenchimento obrigatório de todas as questões, o que resultou em variações no número de respostas em temas mais sensíveis, como identidade de gênero e sexualidade, podendo indicar o não desejo de exposição sobre essas dimensões da vida pessoal.

Quanto à faixa etária, o perfil etário aponta para um grupo essencialmente jovem. A maioria dos participantes situa-se entre 21 e 23 anos, seguida por respondentes entre 18 e 20 anos e, em menor número, entre 24 e 29 anos, havendo apenas um participante com idade superior a 29 anos. Esses dados permitem situar o público investigado na etapa final do ciclo das juventudes, conforme o Estatuto da Juventude (2013), que compreende jovens entre 15 e 29 anos.

Um aspecto central do perfil do público participante refere-se à autodeclaração de raça/cor, para a qual foram adotadas as categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados evidenciam que a maioria dos respondentes se identifica como negra e parda, com menor percentual de participantes que se declararam brancos. Esse dado revela a forte presença de sujeitos historicamente racializados no espaço universitário e, de modo específico, nas ações extensionistas do Gradação, reafirmando o papel do projeto como espaço de inclusão, formação e permanência simbólica de estudantes negros e pardos no ensino superior.

A análise do perfil do público participante suscita reflexões importantes acerca das características do grupo com o qual a pesquisa dialoga. Trata-se de um conjunto de jovens em processo de formação docente, inseridos majoritariamente nas licenciaturas, cujas trajetórias são atravessadas por marcadores sociais como juventude, raça, gênero e sexualidade. Esses elementos demandam olhares pedagógicos e formativos específicos, atentos às experiências, expectativas e desafios próprios dessa etapa da vida.

No que se refere às questões de gênero e sexualidade, chama atenção não apenas a predominância feminina em um contexto social ainda marcado por estruturas patriarcais, mas também a disposição de parte dos participantes em se reconhecerem para além da lógica binária de gênero. Tal movimento se expressa igualmente na pluralidade das orientações sexuais declaradas, evidenciando o afastamento de uma perspectiva estritamente heteronormativa e a afirmação de identidades diversas no interior do espaço universitário e formativo.

Dessa forma, o perfil jovem, plural e majoritariamente negro e pardo das/os licenciandas/os envolvidos no Projeto Gradação reforça a necessidade de compreender o sentido da educação para esses sujeitos, especialmente no que se refere à formação docente e à relação com o saber. Tal reflexão

dialoga com os aportes teóricos de Bernard Charlot (2002), ao destacar a importância de considerar as experiências sociais e culturais dos jovens na construção de sentidos atribuídos à educação e ao trabalho pedagógico. Assim, o Gradação se consolida não apenas como espaço de preparação para exames, mas como território formativo atravessado por múltiplas identidades e experiências sociais.

No que se refere ao local de nascimento, observa-se uma diversidade de origens entre as/os participantes da pesquisa, com registros de diferentes estados e regiões do país, como São Paulo (SP), Brasília (DF), Fortaleza e Crato (CE), Natal (RN) e Goiânia (GO), o que evidencia trajetórias marcadas pela mobilidade geográfica. Apesar dessa pluralidade, todas e todos residem atualmente na Região Metropolitana do Recife, espaço no qual desenvolvem suas atividades acadêmicas e extensionistas vinculadas à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Quanto ao local de moradia, os dados indicam uma distribuição equilibrada entre residentes de áreas centrais e de bairros periféricos da Região Metropolitana do Recife. Em relação à composição domiciliar, parte significativa das/os participantes vive com outras pessoas, seja com familiares ou em moradias compartilhadas, enquanto um percentual expressivo reside sozinho/a. Também se observam diferentes arranjos familiares, variando entre domicílios com duas pessoas até residências com quatro, cinco ou mais moradores.

No que diz respeito à situação conjugal, a maioria das/os participantes não é casada/o nem vive com companheira/o, sendo minoritário o número de pessoas que declararam manter união estável ou casamento. Da mesma forma, poucos participantes afirmaram ter filhas ou filhos, e, entre esses, o número de crianças por família é reduzido.

Em relação à responsabilidade financeira do domicílio, os dados apontam para uma diversidade de arranjos econômicos. Em muitos casos, a principal fonte de sustento da casa está associada à figura materna, seja mãe ou madrasta. Em seguida, aparecem as/os próprias/os participantes como responsáveis diretos pela manutenção financeira do lar, além de registros em que o pai ou padrasto exerce esse papel. Em menor proporção, surgem companheiras/os como responsáveis financeiros, bem como outras configurações, nas quais a renda familiar é compartilhada entre mais de um membro ou assumida por pessoas fora do núcleo familiar tradicional.

A análise desses dados permite compreender melhor as condições de vida das/os jovens investigadas/os. Observa-se que a maior parte reside com outras pessoas, embora apenas uma parcela reduzida esteja inserida em relações conjugais estáveis, o que evidencia formas diversas de organização da vida cotidiana. Esse conjunto de informações, articulado à variedade de locais de origem e à atual residência na Região Metropolitana do Recife, sugere trajetórias marcadas por

deslocamentos e reorganizações pessoais em função do ingresso e da permanência no ensino superior público.

Tais aspectos reforçam a compreensão de que a formação universitária na UFPE, especialmente nos cursos de licenciatura, ocupa um lugar central nos projetos de vida dessas/es jovens. As condições materiais, familiares e territoriais impactam diretamente o modo como atribuem sentido à educação e fortalecem a confiança no ensino superior como um espaço legítimo para a construção de trajetórias profissionais, sociais e pessoais, especialmente no campo da docência.

6 LICENCIATURAS QUE CURSAM, SUAS EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS E SABERES DOCENTES

Os critérios de seleção das/os participantes da pesquisa consideraram licenciandas/os que atuam como educadoras e educadores em um pré-vestibular popular vinculado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Recife. Por se tratar de uma iniciativa articulada às práticas extensionistas e ao movimento estudantil, o cursinho reúne estudantes provenientes de diferentes cursos de licenciatura ofertados pela UFPE.

Os dados coletados evidenciam a diversidade de formações das/os participantes. Entre os cursos de origem, destacam-se as licenciaturas em Ciências Sociais, Letras – Português, Letras – Português/Inglês, Expressão Gráfica, Artes Visuais, Filosofia, Matemática, Ciência Biológicas, Química e História, revelando o caráter interdisciplinar da equipe de educadoras/es envolvida no projeto. Em relação ao estágio da formação acadêmica, observa-se que a maior parte das/os participantes encontra-se nos períodos intermediários e finais da graduação, com predominância de estudantes a partir do quinto período. Considerando que os cursos de licenciatura possuem, em geral, oito períodos, esse dado indica que a maioria já concluiu mais da metade do percurso formativo.

Quando questionadas/os sobre a presença da disciplina ou de abordagens relacionadas a Projetos de Vida durante a educação básica, a ampla maioria das/os participantes afirmou não ter tido contato com esse conteúdo ao longo da escolarização, enquanto uma parcela bastante reduzida relatou ter vivenciado essa temática apenas no ensino médio. Apesar disso, ao refletirem sobre em que etapa educacional tais discussões deveriam ocorrer, a maioria defendeu que se trata de um tema pertinente ao espaço escolar, ainda que haja divergências quanto ao nível mais adequado para sua inserção.

Outro aspecto analisado refere-se aos motivos que influenciaram a escolha por um curso de licenciatura. Entre os fatores mais recorrentes, destacam-se a admiração pela profissão docente, a influência de professoras/es da educação básica que serviram como referência e o desejo prévio de atuar como professora/professor. Também foram mencionados elementos relacionados às condições

de acesso ao ensino superior, como a nota obtida no ENEM, bem como percepções sobre o mercado de trabalho e a organização dos horários dos cursos. Em alguns relatos, surgiram ainda motivações associadas à busca por melhores condições de vida e de trabalho, evidenciando a licenciatura como possibilidade de transformação social.

De modo complementar, o questionário investigou os fatores que contribuem para a permanência das/os estudantes na universidade. Os dados indicam que as experiências de sociabilidade proporcionadas pela vida acadêmica, a participação em ações de extensão, o acesso a bolsas e auxílios de permanência e a expectativa de inserção profissional após a conclusão do curso exercem influência significativa nesse processo. Também foram mencionadas a qualidade das aulas, a convivência com colegas e a participação em projetos de pesquisa. Ainda que uma parcela das/os participantes tenha relatado ausência de estímulos para continuar o curso, a maioria reconhece a importância das políticas institucionais e das experiências coletivas para a permanência no ensino superior.

No que se refere às expectativas após a conclusão da graduação, a maior parte das/os participantes manifestou o desejo de dar continuidade à formação acadêmica por meio da pós-graduação. Outros indicaram interesse em realizar uma segunda graduação ou ingressar no magistério, especialmente na rede pública de ensino. Esses dados evidenciam projetos de vida que extrapolam expectativas tradicionalmente atribuídas às classes populares, confrontando o histórico de restrição ao acesso aos níveis mais elevados de escolarização.

As preocupações relacionadas à futura atuação docente também emergiram de forma significativa. Entre elas, destacam-se a relação com as/os estudantes, a insegurança decorrente da pouca experiência profissional, a adaptação ao cotidiano escolar e a convivência com colegas de trabalho. Questões estruturais, como a sobrecarga de trabalho, os baixos salários e as incertezas quanto às políticas educacionais, também foram apontadas como fontes de apreensão, revelando os desafios que permeiam a escolha pela docência.

No que diz respeito à formação para o exercício da docência, todas/os as/os participantes destacaram a atuação no pré-vestibular popular como uma experiência central para o desenvolvimento de saberes pedagógicos. Além disso, mencionaram a participação em programas institucionais, como o PIBID, em projetos de pesquisa, estágios, monitorias, visitas a escolas e outras ações formativas desenvolvidas no âmbito da UFPE. Tais experiências foram reconhecidas como fundamentais para a compreensão da realidade educacional e para a consolidação da identidade docente.

Ao refletirem sobre as experiências mais significativas vivenciadas durante a graduação, as/os participantes apontaram, principalmente, o PIBID, as ações de extensão, os estágios curriculares, as aulas e os projetos de pesquisa como elementos decisivos para sua formação. Em relação aos

sentimentos acerca da carreira docente, parte expressiva relatou desânimo diante da desvalorização social da profissão, enquanto outras/os demonstraram entusiasmo e confiança na escolha profissional, evidenciando percepções ambivalentes sobre o futuro da docência.

Por fim, ao projetarem suas trajetórias profissionais para os próximos anos, a maioria se vê em processo de formação continuada, cursando mestrado ou doutorado, enquanto outras/os se imaginam aprovadas/os em concursos públicos e atuando como docentes. Mesmo diante das incertezas apontadas, os dados indicam que a vida universitária, as ações extensionistas, as políticas de permanência e a esperança de inserção profissional constituem elementos centrais para a permanência e a formação dessas/es futuras/os professoras/es, contribuindo de forma significativa para a construção dos saberes docentes e para a compreensão da docência como prática social complexa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados analisados, foi possível compreender que, para as/os jovens participantes da pesquisa, as escolhas relacionadas à **carreira docente** foram construídas a partir de um conjunto de fatores objetivos e subjetivos. Entre eles, destacam-se as condições concretas de acesso ao ensino superior — como o desempenho em processos seletivos e as possibilidades materiais de permanência —, mas, sobretudo, a influência exercida por outras pessoas ao longo de suas trajetórias escolares, em especial professoras e professores da educação básica, bem como a expectativa de transformar suas condições de vida por meio da educação. Ainda que parte das/os participantes demonstre entusiasmo com a profissão docente, há também aqueles que expressam sentimentos de insegurança e desânimo, associados principalmente à desvalorização social do magistério (Szlachta Junior; Gama, 2022).

Observa-se, ainda, que a maioria das/os jovens projeta seu futuro profissional a partir da continuidade da formação, seja por meio de cursos de pós-graduação, seja pela expectativa de inserção na rede pública de ensino, especialmente via concursos públicos. Esses projetos evidenciam a busca por qualificação acadêmica, reconhecimento profissional e maior estabilidade, elementos centrais na construção de seus projetos de vida relacionados à docência.

Embora o componente curricular “Projeto de Vida” tenha sido incorporado às políticas educacionais recentes, especialmente no âmbito da reforma do ensino médio instituída pela Resolução nº 3/2018, frequentemente alinhada a uma lógica neoliberal voltada à adequação das juventudes às demandas do mercado de trabalho, considera-se fundamental promover espaços de reflexão crítica sobre os futuros possíveis das/os jovens, levando em conta suas condições sociais, econômicas e culturais. Tal reflexão é relevante não apenas para as trajetórias individuais, mas também para subsidiar ações institucionais e políticas públicas que respondam às necessidades concretas dessas juventudes.

Tendo como sujeitos da pesquisa jovens marcados por diversidade de gênero, sexualidade, classe social e raça/cor, oriundos de diferentes regiões do país e atualmente vinculados à Universidade Federal de Pernambuco, destaca-se que as/os licenciandas/os participantes do Projeto Gradação, atuando de forma voluntária no cursinho, aprendem, ensinam e se mobilizam em defesa de uma educação pública, democrática e socialmente referenciada. Ao mesmo tempo em que contribuem para ampliar o acesso de outras/os jovens e adultas/os ao ensino superior, essas/es estudantes também refletem sobre seus próprios percursos formativos e projetos de vida, sendo profundamente impactadas/os pelas experiências vividas no âmbito do cursinho.

Por fim, ressalta-se a importância do Projeto Gradação, assim como de outras ações extensionistas e políticas públicas de permanência desenvolvidas no âmbito da UFPE, na formação inicial de professoras e professores. Para além de sua expressiva contribuição social, ainda que não tenha sido o foco central deste estudo, tais experiências possibilitam às/aos licenciandas/os vivenciar a docência de forma concreta, crítica e comprometida com a transformação social. A partir desse contato direto com a prática educativa, tornam-se capazes de repensar seus caminhos futuros, reforçando o desejo pela continuidade dos estudos em níveis mais elevados de ensino e pela construção de trajetórias profissionais mais estáveis. Nesse sentido, a busca pela educação e pela formação acadêmica qualificada emerge, para essas/es jovens, como uma estratégia fundamental de mudança de realidade e afirmação de projetos de vida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jorddana Rocha de, Alves, Maria Zenaide. **Juventudes e projetos de vida**. Ebook. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.
- ALVES, Maria Zenaide et al. A implantação da disciplina projetos de vida em dois estados brasileiros. **Olhares & Trilhas, Uberlândia**, v. 24, n. 1, p. 1-17, 2022.
- BECHLER, Rosiane Ribeiro et al. Arranjos: laborações da História na formação docente. **Revista NUPEM. Campo Mourão, PR. Vol. 14, n. 33 (set./dez. 2022)**, p. 117-135, 2022.
- BONETE, Wilian Junior; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. A Didática da História: um inventário das proximidades em pesquisas na Europa e Canadá. **História Revista**, v. 28, n. 2, p. 33-59, 2023.
- BORGES, Felipe Augusto Fernandes; MENEZES, Sezinando Luiz; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. O ESTATUTO DA CONFRARIA DE CONVERSÃO À FÉ, EM GOA: COMBATE AO HINDUÍSMO, FAVORECIMENTO DOS CRISTÃOS E A FORMAÇÃO DE UM SEMINÁRIO (1541). **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 32, p. 262-280, 2020.
- BRANDÃO, Carlos Brandão (org.). **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. [Estatuto da juventude (2013)]. **Estatuto da juventude** [recurso eletrônico]: Lei no 12.852, de 5 de agosto de 2013, e legislação correlata. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. (Série legislação; n. 271 PDF).
- CHARLOT, Bernard. Relação com a escola e o saber nos bairros populares. **Perspectiva, Florianópolis**, v.20, n. Especial, p. 17-34, jul./dez.2002.
- CORREA, Lajara Janaina Lopes. **Cursinho Popular: estudo sobre a trajetória de estudantes das classes trabalhadoras**. 2011. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011.
- DE LA FUENTE, A. R. de S. **Pré-vestibular alternativo como território de cidadania: contribuições do Campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia**. 422 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26924/1/PrevestibularAlternativoTerrit%C3%B3rio.pdf>
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- PAIVA, Fábio Paiva da; SZLACHTA, Arnaldo; CHIARELLI JÚNIOR, Wilson Roberto. A cidade de Olinda como sala de aula:: o uso de Histórias em Quadrinhos no ensino de Patrimônio Histórico. **Revista Crítica Histórica**, v. 14, n. 27, p. 173-197, 2023.
- RAMOS, Márcia Elisa Teté; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. **MOBILE LEARNING: APRENDER SOBRE O PASSADO NA CONVERGÊNCIA ENTRE LITERACIA DIGITAL E LITERACIA HISTÓRICA. Territórios e Fronteiras**, v. 15, n. 1, 2022.

RAMOS, Márcia Elisa Teté; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. O smartphone eo uso do game pokémon go nas aulas de história. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2017.

SALLES, André Mendes; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. O que se pensa e o que se escreve sobre Ensino de História em Pernambuco: uma análise a partir das dissertações do ProfHistória da UFPE. **Antíteses**, v. 17, n. 33, p. 115-146, 2024.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SZLACHTA, Arnaldo. A Didática Reconstrutivista da História: um marco na historiografia do Ensino de História. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica (01024736)**, v. 42, 2024.

SZLACHTA JUNIOR, Analdo Martins; RAMOS, Márcia Elisa Teté. As contribuições da Históry Education para a pesquisa em ensino de História. **ANDRADE, Juliana Alves; PEREIRA, Nilton Muleet. Ensino de história e suas práticas de pesquisa. São Leopoldo: OIKOS**, p. 96-113, 2021.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin et al. O projeto de extensão “Pirraias da Periferia” da UFPE, a prática esportiva pela aprendizagem baseada em problemas e aprendizagem significativa. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 5, p. e2268-e2268, 2024.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. A técnica de Grupos Focais no Ensino de História: Uma nova perspectiva metodológica. **Revista Escritas**, v. 10, n. 1, p. 231-246, 2018.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. As narrativas escolares dos alunos do Colégio São Domingos Faxinal PR da obra de José Ferraz de Almeida Junior (1850-1899). 2012. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Estadual de Londrina, Orientação Ana Heloísa Molina, Londrina, 2012.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. Aspectos da Pós-Modernidade no Ensino de História: Da formação do professor ao cotidiano escolar. **Historiae**, v. 8, n. 1, p. 235-252, 2017.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. Ensino de História não é Educação, mas calma que eu explico!. **Palavras ABEHrtas**, 2021.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. La Realidad Aumentada en la Enseñanza crítica de la Historia. In: **La Historia: investigación y su enseñanza en tiempos pandémicos**: CARDIEL Jesús Domínguez; SANCHES Martina Alvarado; Hugo SAZLAZAR Torres. — Guadalajara, México. 2023.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. Os tipos brasileiros de Albert Eckhout, a glorificação do exótico e sua repercussão em livros didáticos presentes nos guias PNLD. 2019. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Maringá, Orientação Sezinando Luiz Menezes, Maringá, 2019.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin; GAMA, Ana Camila Tarquino da. **PATRIMÔNIO HISTÓRICO E HUMANIDADES DIGITAIS**:: o uso do mymaps no Ensino de História sobre a ditadura civil-militar no Recife. **Revista Espacialidades**, v. 18, n. 2, p. 379-403, 2022.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin; LISBOA, Júlia Maria de Araújo; FREITAS, William Silva de. Webinários do LAEH: uma proposta de divulgação científica em didática da história. **Revista UFG**, v. 21, 2021. 9

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin; MENEZES, Sezinando Luiz; BORGES, Felipe Augusto Fernandes. **QUERELA SOBRE OS MARES: AS DISPUTAS ENTRE PAISES BAIXOS E PORTUGAL NO CONTEXTO DA ERA FILIPINA, NA TESE “DO JUSTO IMPÉRIO ASIÁTICO**

DOS PORTUGUESES" DE SERAFIM FREITAS (1609-1625). **Revista Escritas**, v. 15, n. 01, p. 33-50, 2023.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin; RAMOS, Márcia Elisa Teté. Narrativas históricas na tecnosfera: a responsabilidade de ensinar História através da internet. **Ensino de História e Internet: aprendizagens conectadas**. São Paulo: Paruna Editora, p. 13-35, 2021.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin; RAMOS, Márcia Elisa Teté. Possibilidades para a educação patrimonial por meio de games de realidade aumentada. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 18, n. 35, 2019.

SZLACHTA, Arnaldo; BONETE, Wilian Junior. QUE DIDÁTICA DA HISTÓRIA QUEREMOS? REFLEXÕES SOBRE PROJETOS, DIÁLOGOS E PROPOSIÇÕES. In SZLACHTA, Arnaldo. SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos (org.). **Ensino, aprendizagem e didática da História / Arnaldo Szlachta, João Júlio Gomes dos Santos Júnior (org.)**. – 1. ed. – Vitória: Antíteses, 2025. pp. 125-138

SZLACHTA, Arnaldo; BONETE, Wilian Junior. ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR E A CONVERGÊNCIA HISTÓRICA DOS ALUNOS ATRAVÉS DO USO DE CHARGES. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 29, n. 59, p. 1-21, 2025b.

SZLACHTA, Arnaldo; BONETE, Wilian Junior. O GOLPE MILITAR DE 1964 NO BRASIL, UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DA METODOLOGIA" NARRATIVAS HISTÓRICAS DE APRENDIZAGEM". **Imagens da Educação**, v. 15, n. 3, 2025a.

SZLACHTA, Arnaldo; PAIVA, Fabio Paiva da; RAMOS, João Matheus. UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: OS REGIMES TOTALITÁRIOS DO SÉCULO XX A PARTIR DA HQ "INJUSTIÇA: DEUSES ENTRE NÓS". **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 14, n. 4, p. e2070-e2070, 2025.

SZLACHTA, Arnaldo; PESSOA, Higor Renan Bezerra. UM OLHAR GENEALÓGICO SOBRE A AULA-OFICINA E A AULA HISTÓRICA: DUAS METODOLOGIAS PARA A APRENDIZAGEM HISTÓRICA. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 27, n. 71, 2025. 9

SZLACHTA, Arnaldo; SILVA, Roberta Duarte da A CONSTRUÇÃO DO PASSADO NA ERA DAS NARRATIVAS DIGITAIS in: RODRIGUES, João Paulo Pacheco; FRANÇA, Jardel Silva. **Fontes e práticas historiográficas: entre a teoria e o método**. Rio Branco: Edufac, 2025. pp. 118-140

SZLACHTA, Arnaldo; SILVA, Roberta Duarte da. ESCRITA ESCOLAR HISTÓRICA COTIDIANA: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA COMPETÊNCIA NARRATIVA DE JÖRN RÜSEN. **Koan: Revista de Educação e Complexidade**, n. 12, dez. 2024

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n.73, dez. 2000.